

## MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS: TERRA E MATRIMÔNIO

Maria Ignez S. Paulilo (\*)

Resumo: O objetivo deste trabalho é ver como a exclusão das mulheres rurais do acesso à terra por ocasião da partilha por herança é vista pelas próprias mulheres. Foram entrevistadas tanto não-militantes, como pertencentes a três diferentes movimentos: Sindicalismo, Movimento dos Sem-terra (MST) e Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Nos quatro grupos encontramos algo comum, ou seja, embora haja revolta diante da desigualdade quanto ao acesso à terra, o assunto é discutido com timidez e somente pudemos chegar a ele por aproximação, conversando sobre família, casamento e militância. Percebemos, então, que há uma diferença profunda entre as mulheres ligadas ao MMA e as ligadas aos outros dois movimentos quanto à representação que fazem das categorias classe e gênero. Para as sindicalistas e as pertencentes ao MST, as questões de classe de alguma forma contém as de gênero, pois as mulheres são apenas um exemplo da classe trabalhadora como um todo. Para as militantes do MMA, as mulheres são uma exceção que deve ser vista em toda sua especificidade. Esta diferença provoca outras, e não só relativas à maneira de fazer política, mas também quanto às metas a serem atingidas. A possibilidade, porém, de uma ruptura entre os movimentos pode ser amenizada pela tendência encontrada entre as mulheres militantes de grupos não feministas de acabarem por questionar a hierarquia tradicionalmente existente entre os gêneros, desde que haja lugar para o respeito à multiplicidade na luta das mulheres do campo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Rurais; Gênero e Agricultura Familiar

Abstract: The purpose of this paper is to analyse how rural women understand their exclusion from land inheritance. We interviewed women who are not political militants and women who belong to three different social movements: Syndicalism, MST -Movimento dos Sem-terra (Landless Movement) and MMA- Movimento das Mulheres Agricultoras (Agricultural Women Movement). We found a similar behaviour in the four groups: although there is a strong resentment at the unevenness of land distribution, this subject is discussed with reservations. We managed to bring it up through related issues, such as family, marriage and militancy. Thus, we realized that there is a considerable difference between women who take part in the MMA and those associated with the two other movements as to the way they conceive the categories "class" and "gender". To the syndicalists and MST women, the issues of class somehow contain the gender ones, as women are only an example of the working class as a whole. To MMA militants, women are an exception which must be perceived in all of its particularity. This difference generates further ones, related not only to ways of performing politics, but also to distinct goals to be achieved. The possibility, however, of a rupture between movements can be lessened by the tendency of non-feminist militant women to put the traditionally existent hierarchy among genders in question, as long as the respect for multiplicity is present among the militants.

Key-words: Rural Women; Social Movement; Family Farm

A categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. Quatro décadas de feminismo não diminuíram a importância desta categoria, pois é ela que está no cerne da principal reivindicação do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) que luta para que as mulheres envolvidas na produção agrícola familiar sejam consideradas “produtoras rurais” e não “do lar”.

Na década de 70, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria improdutivo. Apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, a conquista, através dele, da independência feminina e da possibilidade de participar na transformação da sociedade foi uma constante do pensamento feminista, embora nem sempre tenha sido fácil analisar situações concretas sem abalar este pressuposto.

As atividades femininas remuneradas trouxeram consigo a questão da dupla jornada de trabalho. Labutando dentro e fora de casa, que tempo e que energia sobriam à mulher para refletir sobre suas condições de vida? Gonçalves (1989), em seu estudo sobre mulheres trabalhadoras em Joinville – SC, partiu da hipótese de que o trabalho teria um caráter educativo na formação da consciência feminina. Finalizada a pesquisa, concluiu que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, mesmo tendo sido condição necessária, não era condição suficiente para que seu processo de emancipação e maior consciência de suas condições de vida se desenvolvessem.

Pesquisando mulheres rurais da região de Devon (UK), GASSON, SHAW e WINTER (1992) descobriram que, embora a literatura preveja grandes mudanças no papel da mulher quando ela tem emprego remunerado, as evidências empíricas não dão suporte a esta afirmação. Na região por eles estudada, quando somente o marido tem emprego fora da propriedade, a mulher é pouco consultada com relação às decisões importantes relativas à exploração familiar, embora dedique mais tempo que seu cônjuge ao trabalho agrícola. Quando é apenas a mulher que trabalha fora, ela ainda é pouco consultada. A participação da esposa nas decisões só aumenta quando os dois membros do casal trabalham fora da propriedade.

O trabalho de Little (1994) é outro questionamento da relação entre trabalho feminino remunerado e independência da mulher ao discutir o resultado de pesquisa feita em três diferentes regiões da Inglaterra. Segundo a autora, o trabalho feminino é mais uma consequência da disponibilidade de trabalho e do momento do ciclo familiar que a busca de uma carreira profissional ou independência financeira por parte das esposas. Por isso, ele está sempre em segundo plano quando entra em choque com as atividades domésticas.

Em pesquisa realizada em um município do estado de São Paulo, no ano de 1975, nós mesma, sob a influência do feminismo da época, ficamos surpreendida quando boa parte de nossas entrevistadas consideravam a participação em atividades produtivas, ou seja, a lida nos campos, como uma sobrecarga e não como uma forma de sair da clausura doméstica (PAULILO, 1976). O pressuposto, porém, da simbiose entre trabalho produtivo e independência foi “o alvo”, por um curto espaço de tempo, pelo fato desse trabalho não ser remunerado e ser produzido em conjunto com outros membros do grupo familiar. Porém, pesquisas posteriores se incumbiram de questionar este raciocínio simplista.

Anos mais tarde, ao tomarmos contato com uma pesquisa realizada pelo Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da CEE (COPA; 1988), percebemos que, também na Europa, os anos setenta foram marcados por uma reação das mulheres rurais à dureza do trabalho agrícola, estando presente a aspiração de serem apenas “donas de casa”. Segundo a mesma fonte, nos anos oitenta dá-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres enquanto “profissionais da agricultura”. O mesmo observamos no Brasil, pois é nesses anos que surge no sul do país o MMA. Embora o relatório do COPA não se preocupe em explicar as causas da mudança, cremos que a disseminação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra seja uma hipótese a ser considerada, na medida em que tornaram os afazeres agrícolas menos penosos. LOVISOLO (1989) mostra, em estudo realizado em duas regiões do Brasil, como o aumento da tecnificação, por tornar mais leve o trabalho e, por isso, dispensável a contratação de mão-de-obra externa à propriedade, intensificou o uso do trabalho familiar.

Outro fator que provavelmente influenciou na maior valorização, por parte das mulheres, das atividades agrícolas foi a diminuição do número de filhos, fenômeno ocorrido no mundo todo. Segundo a ONU (1995), o Brasil está entre os países que apresentam uma queda de mais de 40% na taxa de fertilidade em um período de 20 anos. Esta taxa era de 4,7 nos anos 1970-75 e baixou para 2,7 em 1990-95. Para as áreas rurais do país, TEIXEIRA et al. (1994) mostram que esta taxa também vem caindo. Se no período de 1980/85, o maior índice era de 6,8 no Norte e o menor, 3,6 no Sul, no período seguinte, 1985/90, temos, nas mesmas regiões, 6,0 e 3,1 respectivamente. A estimativa para o ano 2000, mantendo-se a ordem das regiões, é de 5,1 e 2,7. Além disso, a diferença entre a taxa de fertilidade total rural e a urbana vem diminuindo. Embora a primeira continue mais alta, segundo SIQUEIRA (1992), a diferença caiu de 3,18 filhos/mulher em 1970 para 2,29 em 1984.

O Movimento de Mulheres Agricultoras (1), surgido em 1981, foi um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresenta trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos. Começa sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, esta influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), as participantes do MMA começaram a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas por este partido do que junto às propostas da Igreja Católica, a qual nunca abandonou sua postura patriarcal, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção.

CASAGRANDE (1991) e DABOIT (1996) fazem um breve histórico do MMA dizendo que ele se originou das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica.

Seu início oficial deu-se em 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó, oeste de Santa Catarina. Teve como primeiro objetivo organizar as agricultoras para tomar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, meta que foi alcançada em 1982. No bojo desta movimentação, o problema da pouca sindicalização das mulheres rurais foi levantado. A importância do pertencimento a um sindicato se explica pela necessidade das mulheres de serem reconhecidas como profissionais, no caso, produtoras rurais. Em 1984, no Dia Internacional da Mulher, há uma primeira manifestação pública do movimento em Chapecó, da qual participaram cerca de 500 mulheres. Nos dois anos seguintes o fato se repetiu congregando 2 mil e 3 mil mulheres. A feição pública do movimento já estava clara e sua visibilidade tornou-se ainda maior quando a única deputada eleita em 1986 em Santa Catarina, Luci Chinaski, era uma agricultora dessa região. Em 1991, houve a campanha “Declare sua profissão” por ocasião do recenseamento, quando as mulheres foram instadas a se identificar como “produtoras rurais” e não mais “do lar”, como era o costume.

No início, o que atraía as mulheres para o MMA eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito à assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário maternidade e pensão viuvez. A última constituição abriu possibilidades para a reivindicação destes direitos que, aos poucos, foram sendo regulamentados. As questões trabalhistas eram mais importantes que as de gênero. Porém, nos anos 90, começam a despontar entre as militantes questões propriamente feministas e as mulheres insistem na autonomia do movimento frente à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos (CASAGRANDE; 1991 e DABOIT; 1996). POLI (1999) discorda da afirmação de que as questões de gênero só surgiram em um segundo momento, mas afirma que elas não tiveram a primazia no primeiro.

O MMA é uma organização surgida em Santa Catarina mas as questões com que trabalha ultrapassam as fronteiras estaduais. Segundo POLI (1999), atualmente está presente em quatro outros estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Além disso, tem grande semelhança com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) existente no Rio Grande do Sul e que também surgiu na década de 80. Segundo STEPHEN (1996: 36/7), as preocupações iniciais do MMTR eram relacionadas “*com a saúde da mulher, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas...*”. Se os primeiros objetivos eram semelhantes, as mudanças de rumo também o foram pois “*mesmo que ainda firmemente enraizado em uma análise que ressalta o lugar da classe trabalhadora ...na estrutura econômica capitalista, o MMTR aos poucos tem trabalhado com mais ênfase os aspectos culturais e sociais das diferenças referentes a gênero no Brasil*”. Em 1989, o MMTR uniu-se a outros movimentos de mulheres rurais presente nos estados dos Sul e isto tem levado à promoção de encontros e atividades conjuntas.

Passar do enfoque trabalhista para o de gênero implica algumas dificuldades. O MMA traz como herança de suas origens o otimismo da década de 80 com relação aos movimentos sociais; a idéia de que os direitos humanos são universais e se somam em direção a um país ao mesmo tempo mais democrático e mais livre. Contradições entre

liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isto se reforça pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar”, que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica em uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Porém, a nosso ver, há uma questão tão fortemente enraizada na tradição patriarcal que tocar nela significaria, sem dúvida, desvelar um conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista, e esta questão tem a ver com a herança da terra.

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos com as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável.

Nossa experiência de muitos anos de pesquisa de campo no meio rural catarinense nos mostrou que este problema quase nunca é citado espontaneamente, o que dá a falsa impressão de que, para as mulheres, o alijamento da posse da terra é considerado natural e, portanto, aceitável. Porém, em momentos de descontração e não havendo homens presentes, fomos surpreendida mais de uma vez por manifestações de profunda revolta por parte mesmo de mulheres já idosas. Elas alegam que “*trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais*”, alegação que só faz sentido se atentarmos para o fato de que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, tanto assim que os filhos que receberam apoio financeiro para estudar já se sabem de antemão excluídos da partilha dos bens. O alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal.

Devemos lembrar aqui que também nem todos os filhos homens herdaram terra quando a propriedade é pequena, mas há um mecanismo de compensação onde os filhos não-herdeiros recebem apoio para estudar até adquirir uma profissão ou os pais lhes dão “um comecinho de vida”, ou seja, capital para começar algum pequeno negócio. A compensação para as mulheres é o dote por ocasião do casamento, que pode ser composto por roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, uma vaca de leite ou uma porca e a festa do casamento, que tanto pode ser financiada somente pelos pais da noiva, como pelos pais de ambos os cônjuges. É comum que só um ou dois desses itens sejam doados quando os pais são pobres. Também há casos de dotes maiores. Porém é importante reter que o valor do dote não guarda relação com o valor da terra que as mulheres receberiam caso a partilha fosse igualitária, e que as que não se casam não recebem

nenhuma compensação por dispensarem o dote. Quando a compensação para os não-herdeiros é feita em dinheiro, em geral as mulheres recebem uma parcela menor que a dos homens. Os arranjos possíveis são muitos, mas ainda há um que vale a pena citar que é quando as mulheres recebem terra e a vendem para os irmãos a um preço menor que o do mercado (PAPMA: 1992; WOORTMANN: 1995; HALSEMA: 1991; PAULILO: 1990; SEYFERTH: 1985 entre outros)

Se, como observaram CASAGRANDE (1991) e DABOIT (1996), as questões feministas começam a inquietar as militantes do MMA, cabe-nos perguntar até que ponto a identidade entre os interesses das mulheres e o da família rural continuará não questionada. Mesmo que a postura inicial seja participar da vida pública lado a lado com os homens, PINTO (1992) nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade provocando um efeito transformador. Diz mais:

*“... a presença da mulher, feminista ou não, é modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença dos homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos feministas, que tanto pode acontecer por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado”. (Id.; Ibid.: 14 3)*

Essas idéias encontram apoio no trabalho de LECHAT (1996) que mostra que a participação feminina na luta pela reforma agrária através do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) abre a possibilidade de questionamento de antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade.

*“A produção coletiva no MST tem um caráter político e é encarada como tal pelos assentados, mas esta forma de trabalho leva a múltiplas reuniões para que todas as questões sejam discutidas e resolvidas democraticamente. Não existindo mais a hierarquia de poder tradicionalmente presente na produção familiar nem a relação proprietários assalariados, novas relações de poder estão em formação, bem como a resistência a elas. Isto leva a uma situação continuamente conflituosa e potencialmente explosiva, na qual as diferenças tradicionais de gênero, idade e origem étnica estão também presentes e são constantemente manipuladas, o que resulta numa distribuição desigual de poder”. (Id.; Ibid.: 107).*

Nova confirmação encontramos no trabalho de TEIXEIRA et al. (1994) que, ao analisarem o comportamento de mulheres assentadas, dizem:

*“...tanto o prestígio social feminino quanto o desenvolvimento de movimentos sociais estão associados a um terceiro elemento, mais englobante, que é a coesão comunitária. Estruturas comunitárias coesas, como as que se observaram no assentamento de Sarandi, apresentam aos indivíduos a possibilidade de se identificarem com unidades sociais mais amplas do que a própria família e*

*e exigem deles uma participação centrada (em alguma medida) no interesse da comunidade. Este tipo de estrutura favorece o desenvolvimento de movimentos sociais verticais, e também favorece a elevação do prestígio social das mulheres, ao afrouxar a domesticidade da família que é a base da exclusão social feminina. (Id.Ibid.: 5)*

No questionamento das antigas hierarquias, mesmo quando novas relações assimétricas de poder aparecem, surge lugar para redefinições. As assentadas estão inseridas num espaço privilegiado não só para a reflexão, como também para a ação. O simples fato delas não estarem mais isoladas “cada uma em sua casa” e, sim, muito mais próximas geograficamente do que sempre estiveram antes já é um elemento novo e mobilizador. Conversando com os agricultores, é fácil perceber como o MST tem influenciado a busca de alternativas no campo. Nas marchas e acampamentos em frente a órgãos públicos, pode-se ver a convivência entre militantes do MMA e do MST. Embora haja divergências entre elas, o que se evidencia pela insistência com que cada uma esclarece a que movimento pertence, a troca de idéias é uma constante.

Diante disso, seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entrará em choque com uma organização familiar onde tradicionalmente o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública, espaço que foi muito importante para os movimentos feministas, tanto na sua primeira forma, as sufragistas, como na sua segunda, as lutas surgidas a partir dos anos 60. Mais que isso, esta situação é apoiada por instituições de peso como as Igrejas, a Católica entre elas, e órgãos de extensão voltados para o meio rural. Devemos lembrar que é bem recente a modificação do “pátrio poder” em nossa legislação. Em 1975, nós, feministas, estávamos ainda protestando contra ele. Mas, mesmo onde a legislação não discrimina as mulheres, como é o caso do código civil que reza a partilha igual do patrimônio entre os filhos, sejam homens ou mulheres, sua eficácia é pequena na medida em que a autoridade do pai, ao fazer a partilha em vida, força a concordância dos excluídos (SEYFERTH; 1985). Seria otimismo, também, pensar que as soluções dependeriam apenas de “esclarecimento” e “boa vontade”.

É lícito então perguntar: o que poderá acontecer quando a maioria das mulheres rurais começar a desafiar a posição pública subordinada que permite considerá-las sempre em sintonia com seus maridos? Fala-se aqui em “posição pública” porque nessa esfera a exclusão é mais visível: exclusão da herança familiar, discriminação quanto ao acesso aos créditos bancários, exclusão dos sindicatos e das cooperativas onde só recentemente o nome da esposa é computado na lista de sócios, etc. Quanto à esfera doméstica, há mais divergências na literatura sobre o assunto, sendo que alguns autores enfatizam a capacidade de negociação das esposas “porta adentro”, mesmo havendo assimetria de poderes, e se dedicam a estudar os fatores que aumentam ou diminuem o poder de barganha feminino (BLANC e MCKINNON; 1990, entre outros). Pode-se perguntar ainda: com os mesmos direitos que os homens, as mulheres começarão a se divorciar? Poderão reivindicar partilha da propriedade? Que modificações a concessão do estatuto de “produtora rural” vai provocar no direito das esposas?

No Brasil, as mulheres são legalmente “sócias” da propriedade. Até dezembro de 1997, quando entrou em cena a lei do divórcio, o regime de casamento mais comum era a Comunhão Universal de Bens, ou seja, todos os bens dos cônjuges, adquiridos antes ou

depois da união, passavam a ser comuns. Para fugir a esta regra, era preciso explicitar, por escrito no pacto antenupcial, que o regime seria o da Separação de Bens. A partir de 1977, a forma mais comum passou a ser a da Comunhão Parcial de Bens, que determina que somente o que for adquirido depois do casamento pode ser considerado bem comum. Se os cônjuges nada declararem, fica implícito que aceitam esta terceira forma. Conversando com as entrevistadas, vimos que se a modificação na lei não é totalmente ignorada por elas, também não é totalmente conhecida. A rigor, os noivos deveriam ser esclarecidos sobre a existência das três opções pelos agentes dos cartórios, mas isso nem sempre acontece. Porém, se encontramos tanto mulheres que sabiam que existem duas formas de comunhão de bens quanto as que pensavam que “casar em comunhão” significava somente comunhão universal, há algo que todas ignoram: que os bens de herança, mesmo recebidos após a união, não são comuns (Art. 269, Inciso I do Código Civil). Isso significa que, se o marido receber terra dos pais, mesmo que isso ocorra quando eles já estão casados, esta terra não é bem comum. A ignorância sobre esta peculiaridade é geral, está presente mesmo entre estudantes de direito e empregados de cartórios, como pudemos constatar.

De início, demos muita importância à existência de três formas de casamento civil e ao pouco esclarecimento sobre o assunto. Porém, percebemos que a figura jurídica da Comunhão Parcial de Bens só adquire significância quando está colocada a perspectiva de separação, haja vista que só foi instituída quando do estabelecimento da lei do divórcio. Para a mulher rural, separar-se é uma possibilidade remota mesmo nos dias de hoje. Resta saber se continuará sendo assim. Seria a busca por independência feminina no meio rural incompatível com o casamento? Com algumas formas dele, seguramente a resposta é sim. Resta saber o quanto o patriarcalismo rural é responsável pela manutenção de uma taxa de uniões estáveis maior no meio rural que no urbano.

Chegamos assim ao objetivo de nosso trabalho. Partimos do pressuposto que, ao participar de movimentos coletivos feministas ou não, as mulheres tendem a questionar sua posição social subordinada. Através de entrevistas com mulheres militantes e não militantes, procuramos perceber se estes questionamentos de gênero estão pondo em xeque a identidade entre os interesses femininos e os dos outros membros da família. Antes de continuarmos, porém, é preciso fazer uma distinção interna fundamental entre o que chamamos de “questões de gênero” e, para isso, vamos retomar as reivindicações das trabalhadoras rurais do início da década de 90.

Em março de 1991, houve uma Caravana das Trabalhadoras Rurais a Brasília, da qual participaram cerca de mil mulheres, provenientes de 16 estados diferentes. TEIXEIRA et al. (1994) classificaram as oito reivindicações apresentadas por elas em dois tipos: as de natureza classista e as de gênero. No primeiro caso estariam: pagamento de aposentadorias, retirada da correção monetária no crédito de emergência e a liberação de crédito aos assentados, e o assentamento dos acampados. A exigência de regulamentação da reforma agrária, as autoras consideraram de caráter impreciso. Como reivindicações de gênero, teríamos: licença-maternidade, garantia de creches e reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Como se vê, essas questões de gênero não têm porque não receber o apoio masculino, pois beneficiam a família como um todo. Mas, como já dissemos, o problema que mais nos interessa é o não acesso à terra e essa é uma questão que afeta de maneira muito diferente homens e mulheres.



Se ao analisarmos as reivindicações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que, naquele momento, era também porta-voz de outros grupos de mulheres rurais militantes, encontramos dois tipos de reivindicação, as de classe e as de gênero, para fins deste estudo temos que considerar três tipos, pois que as de gênero devem ser subdivididas em aquelas que não entram em confronto com a família patriarcal e as que entram. PINTO (1992: 138)) nos diz que os indivíduos ou grupos submetidos a múltiplas exclusões “escolhem” suas bandeiras de luta. No caso das mulheres rurais, esta escolha é ainda mais pertinente porque, para levar adiante as reivindicações de classe, uma imagem da família rural como um todo coeso é muito mais eficiente que uma imagem de conflito. Há, não só na cultura brasileira mas na de muitos países, uma imagem idílica do rural, no sentido de pensá-lo como um lugar privilegiado para a guarda de valores pelo menos idealmente consagrados, tais como respeito à família, pouca liberdade sexual, educação severa dos filhos, sinceridade e mesmo inocência derivadas do contato com a natureza. Essa imagem traz respaldo popular para as lutas que envolvem os agricultores familiares.

Em levantamento que fizemos sobre organizações de mulheres na América Latina (PAULILO et al.; 1999), constatamos que, com raras exceções, esses movimentos reforçam o papel tradicional de esposa e mãe e existe um forte atrelamento entre eles e instituições conservadoras, como a Igreja Católica e o Estado. É preciso lembrar que a presença, dentro da Igreja Católica, de uma Teologia da Libertação preocupada em lutar pela cidadania dos oprimidos foi bastante forte no Brasil, mas o mesmo não aconteceu nos outros países latinos, pelo menos não nas mesmas proporções, e por isso, em muitos deles, a religião tem um desempenho menos libertário. Constatamos também a influência de órgãos oficiais e ONGs, nacionais e internacionais, com linhas de ação fortemente desenvolvimentistas, mas sempre tendo como objeto a família rural como um todo. Entre as raras exceções está a luta das mulheres rurais brasileiras. Como diz STEPHEN (1996), em concordância com ALVAREZ (1990):

*“A razão principal pela qual uma atenção formal aos direitos das mulheres no Brasil resultou em mudanças concretas está claramente associada à presença de um forte movimento de mulheres. Uma ampla variedade de organizações de mulheres de base surgiu nos anos 70 e 80 neste País como parte do maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina”.* (Id.Ibid.: 33/34)

DEERE e LÉON (1999) dizem que as garantias constitucionais que o movimento de mulheres conseguiu no Brasil constituem-se em fato único na América Latina. Citam como exemplo a inclusão das mulheres como beneficiárias da reforma agrária e a possibilidade de um título conjunto de posse da terra para marido e mulher

É esta especificidade histórica que nos levou a escolher os movimentos de mulheres rurais como objeto de estudo. Devemos esclarecer que nossa investigação encontra-se, ainda, em fase inicial (2). O que estamos apresentando são hipóteses de trabalho resultantes de pesquisa exploratória. A seleção das entrevistadas se deu mais pela oportunidade de contactá-las que por algum critério rigoroso. Interessava-nos principalmente procurar diferenças entre o discurso das mulheres do MMA e o das líderes de outros movimentos,

tendo como contraponto o discurso das não-militantes. Num total de 17 entrevistas temos sete que se encaixam no primeiro grupo (duas integrantes do MMA, quatro do MST e uma presidente de sindicato) e dez pertencentes ao segundo. Embora o número de entrevistas não seja tão pequeno, pouco pudemos avançar além da fase exploratória. As militantes, com a única exceção da presidente de sindicato, foram encontradas, por nós e nossos estudantes (3), durante acampamento realizado em Florianópolis, em abril de 1999, em frente à Assembléia Legislativa. A intensidade da programação deixou pouco tempo para conversas. As outras mulheres foram contatadas pelos estudantes em suas cidades de origem que se localizavam tanto ao sul como ao oeste do estado de Santa Catarina. Há grandes semelhanças entre a agricultura familiar das duas regiões, o que facilita as inferências. Também nossa participação em encontros de mulheres rurais contribuiu para preencher lacunas.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa nos confirmaram o que sempre observamos antes, ou seja, que a questão do alijamento das mulheres da terra por ocasião da partilha da propriedade por herança é uma questão delicada. Tudo o que se consegue é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. O próprio tom de voz é o de quem confessa uma heresia. Mesmo as mais militantes não reivindicam para seu movimento esta bandeira de luta. Uma líder do MMA, ao ser perguntada sobre isso, disse que daria apenas sua própria opinião: “*não põe o movimento aí, é particular*”. Trazer à baila o assunto causa constrangimento. Tentamos então abordá-lo por aproximações sucessivas. Nessas aproximações, discutir a instituição família é fundamental.

Uma forma de desigualdade da qual as mulheres falam livremente é a repressão sexual. Frases como as seguintes mostram como o controle sobre o comportamento feminino é maior que sobre o masculino.

*“Naquele tempo ir num baile, só com os irmãos ou com os pais, com um tio, assim uma pessoa encarregada. Sozinha não ia.”* (Agricultora).

*“Sempre que tinha um namorado, tinha mais um (espiondo)”*. (Agricultora)

*“Os pais, a maioria dos pais, davam mais liberdade pros filhos porque era porque era rapaz. A moça, porque era moça, então daí era mais, assim, mandada”*. (Agricultora)

As mulheres não são reprimidas só com castigos, pois a exposição ao ridículo também é um instrumento eficaz de controle, bem como o costume exagerar o que de fato ocorreu. Por pouco, se fica “mal falada”.

*“...tem muito essa cultura de que o homem pode tudo e a mulher não. A mulher é mais restrita e o homem tem mais autonomia.. A partir do momento que as mulheres infringem as normas, elas são ridicularizadas e o efeito (repressor) é gerado.”* (presidente do sindicato).

*“A mulher lá toma cerveja? Até desconfia mal, né? Em vez de seria o certo...Meu marido muitas vezes ele me diz: por que tu não vai lá, não toma uma cerveja? Daí eu logo dou a resposta: olha, tu diz mas tem outros que fica olhando porque a mulher vai tomar cerveja...Já dizem que ela tonteou, nem que não tomou ainda...”*(Agricultora)

Fica claro nesta última fala que a repressão do grupo pode ser superior a do marido. Ele também fica exposto ao ridículo quando sua mulher desafia as normas. Por isso, as militantes consideram que as ações em grupo são mais eficazes, pois se muitas mulheres agirem do mesmo modo, atitudes antes transgressoras vão sendo consideradas normais. Associar a independência de uma mulher a comportamento sexual permissivo é fato comum. Uma militante do MMA nos disse que:

*“Movimento era uma palavra que trazia malícia, porque quando a vaca está no cio, se diz que ela ‘está em movimento’. Ficava chato falar em movimento de mulheres”*  
(Militante do MMA).

Desta vez, porém, as mulheres não cederam e insistem na denominação Movimento de Mulheres Agricultoras.

Segundo as entrevistadas, é impossível começar a militar sem modificar o casamento, porém, embora possam provocar separações, as modificações podem também tornar o relacionamento conjugal melhor. Elas não consideram que haja algo intrinsecamente repressor nos homens, e nem que eles estejam felizes com a desigualdade, o que há são valores que “vêm do berço”, de uma “raiz de 500 anos”, mas que podem ser superados. Para elas, o marido acabará por perceber que se a mulher se tornou menos submissa, tornou-se muito mais companheira. Para uma das entrevistadas, a maior modificação foi com relação aos filhos que, quando ela sai, “têm que se virar sozinhos”. Mas isso não é necessariamente ruim, porque “joga mais responsabilidade para eles”. Mas nem tudo tem solução nesse sentido, pois elas admitem que é quase impossível sair de casa tendo filhos muito pequenos.

Apesar da confiança que as militantes tem de que uma vez alcançadas as conquistas, fica fácil ver que ninguém da família está perdendo com isso, chamam atenção para falsas vitórias, aquelas que, na verdade, não trazem uma independência real.

*“...(em) essas grandes cooperativas tradicionais, é considerado homem e mulher como sócio, agora se vai para uma assembleia, mulher não tem direito a voto, só o homem tem direito a voto. Se a gente for olhar o financiamento agrícola, onde o homem contrai o financiamento, por exemplo, sem a assinatura da mulher o homem não pode contrair esse financiamento. Agora, na hora de sacar o dinheiro, tem que ser o homem que vai lá retirar.”* (Presidente de sindicato)

Se há conquistas ilusórias como as citadas, há as verdadeiras. Qualquer mulher rural, militante ou não, jovem ou velha, casada solteira, separada, ou o que quer que seja, considera o acesso aos direitos trabalhistas uma conquista.

*“O sindicalismo, juntamente com o MMA inclusive, embandeirou muitas lutas porque a mulher, até 92, 93, ela não era reconhecida como profissional na agricultura. Ela era dependente do marido. Então aí se desencadeou toda uma luta, uma organização do MMA e dos sindicatos combativos para que a mulher também conquistasse o seu espaço na questão previdenciária e na sociedade, inclusive. Então houve essa criação, inclusive do MMA, e foi uma arrancada extraordinária nesse sentido, tanto é que conquistamos a aposentadoria aos 55 anos, conquistamos o salário maternidade, o*

*auxílio acidente de trabalho que para a mulher não existia, porque a mulher não era profissional na agricultura e se a gente for olhar, a mulher sempre desempenhou o papel de agricultora, lá do lado, trabalhando palmo a palmo com o homem, só que na hora de reconhecer seus direitos, não existia isso.” (Presidente de sindicato)*

A busca dos direitos trabalhistas levou a um aumento bastante significativo do número tanto de mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como daquelas que têm todos seus documentos em ordem. Para quem pesquisa o meio rural brasileiro há muitos anos, esse é um fato surpreendente. Houve uma adesão muito grande das mulheres à idéia de são “produtoras rurais”, tanto assim que as militantes nos dizem que o trabalho de conscientização nesse sentido “já é uma questão superada”. Só é preciso não confundir sindicalização com militância política. Em pesquisa que realizamos em 1995 entre as produtoras de leite do Vale do Itajaí/SC (4), percebemos que, na imensa maioria dos casos, a sindicalização foi apenas uma maneira das mulheres terem acesso aos direitos trabalhistas, não implicando tal fato em nenhuma outra alteração do seu comportamento tradicional.

Se retermos a última citação, pode nos causar estranheza o fato da presidente do sindicato fazer questão de ressaltar a participação do MMA nas lutas trabalhistas, deixando claro que a aliança entre mulheres sindicalistas e mulheres do MMA não pode ser tomada como um pressuposto, nem que haja uma identidade necessária entre os dois movimentos. Nas entrevistas isso fica bem claro, as militantes fazem questão de declarar a que movimento pertencem e fazem referência a pontos não comuns. O mesmo se aplica às mulheres do MST. Para as sindicalistas, o importante são as questões trabalhistas. As participantes do MST têm uma postura de classe muito nítida e lutam pela terra. É entre as militantes do MMA que as questões de gênero afloram. A insistência na demarcação das diferenças não se deve a alguma forma de competição, mas é uma demonstração clara de que não é simples cruzar questões de gênero e de classe, nem na prática e nem em teoria.

Outra dificuldade interfere na análise: o fato de que as mulheres militantes, de qualquer um dos movimentos, são, com raríssimas exceções, casadas. Mesmo quando cuidam sozinhas da propriedade ou são viúvas, ou o marido trabalha em outro lugar ou, ainda, foram abandonadas. O meio rural não é um bom lugar para as solteiras. RODRIGUES (1993), na sua leitura antropológica do celibato laico, camponês e feminino mostra como esta condição é constituída por “recusas, retenções e negações”. A solteira não tem direito a uma vida sexual nem a uma casa própria. Fica com os pais até que morram, depois mora de favor com irmãs ou cunhadas, ajudando nas lidas da casa, da roça e a cuidar dos sobrinhos. Os conventos foram uma possibilidade nas gerações passadas. Agora as solteiras preferem as cidades, onde podem trabalhar por salário. Por menos que tenham estudado ou adquirido uma profissão, sempre podem ser empregadas domésticas.

Quando nosso objeto de estudo são mulheres rurais adultas, podemos ter certeza que são também casadas e que dificilmente pensariam sua vida fora do casamento, pois o único treinamento profissional que recebem é o de ser agricultora e só o serão pelo casamento. Este fato explica, em parte, porque a exclusão das mulheres da herança em terra é pouco citado. As que casaram com proprietários ou com jovens que provavelmente herdarão terra no futuro, podem exercer as atividades de agricultora. As que casaram com homens que nada possuem, vêem seus maridos como tão deserdados quanto elas e, se almejam

conseguir um lote nos assentamentos de reforma agrária, sabem que esta chance está estreitamente ligada à sua condição de chefe de família, ou seja, sem marido mas com filhos. Seria importante ouvir as solteiras, porém não as jovens e sim as que não têm mais perspectivas de se casarem, mas essas dificilmente farão parte de movimentos de mulheres rurais.

A luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, como mostramos no início deste texto, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros. Na difícil questão do cruzamento entre as categorias classe e gênero, o trabalho de Joan SCOTT (1988) é fundamental. Esta historiadora feminista diz que, se nos mantivermos em um postura objetivista, ou seja, se tomarmos classe e gênero como “coisas”, não seremos capazes de nos aperceber das dificuldades de teorizarmos sobre o que significa ser mulher e trabalhadora. Temos que levar em conta que classe e gênero são construções, representações. Não gratuitamente seu texto se intitula “*On language, gender, and working-class history*”. Assim sendo se, historicamente, as mulheres sempre fizeram parte da classe trabalhadora e, portanto, gênero e classe, tomados como fenômenos naturais, andam juntos, na história das idéias essas duas representações se excluem. Masculino/feminino não pode ser confundido com macho/fêmea e a construção do que é o universo do trabalho e do que são os direitos trabalhistas, e mesmo os direitos universais, traz imbricada em suas origens iluministas uma visão masculina do mundo, onde as mulheres aparecem como subordinadas. O conceito de “classe trabalhadora” enquanto categoria universal carrega esta mesma marca original.

*“...the invocation of universal human rights was carried on within the masculine construction of property and rationalist politics. ..Class, after all, was offered as a universal category even though it depend on a masculine construction.. As a result, it was almost inevitable that men represented the working class. Women then had two possible representations. They were either a specific example of general experience of class and then it was unnecessary to single them out for separate treatment; for they were assumed to be included in any discussion of the working class as a whole. Or, women were a troubling exception, asserting particular needs and interests detrimental to class politics, objecting to husbands using household money for union dues, demanding different kinds of strategies in strikes, insisting on continuing religious affiliations in an age of secular socialism. Both representations are evident in the history of the labor movements and in the writing of their histories and they help us locate reasons for the invisibility of women in the making of the working class.”*  
(SCOTT; 1988: 63/64)

A percepção de que há duas representações diferentes em jogo leva à hipótese de que as arestas entre os diferentes movimentos de mulheres não são questões menores, resultado de falta de diálogo, competição ou opção por estratégias não similares. Há uma diferença profunda nas representações sobre classe e gênero. Para as militantes que estão

sob forte influência das lutas trabalhistas ou das idéias marxistas, como é o caso das sindicalistas e das militantes do MST, a concepção de gênero se subordina a de classe e elas se encaixam na primeira possibilidade explicitada por SCOTT, que é a de ver a mulher rural como um exemplo específico do fenômeno geral das classes sociais. Para as militantes do MMA, mais suscetíveis às influências feministas, as mulheres são exceções cujas especificidades merecem considerações à parte.

É evidente que estas posturas não resultam de escolhas racionais e não são percebidas com nitidez pelas militantes, principalmente porque não derivam de concepções acabadas, mas de idéias que estão sendo construídas na prática do dia-a-dia, prática que se por um lado influencia, por outro também é influenciada pelas diferentes concepções de classe e gênero. Enquanto as sindicalistas e as mulheres de MST lutam no espaço público, que é considerado um espaço masculino, as do MMA politizam seu cotidiano.

Outro trabalho inspirador para se entender as formas de reação das mulheres é o livro de James SCOTT (1990), *Domination and the arts of resistance*. Este autor, ao tentar compreender a conduta política geralmente fugidia dos grupos subordinados, cunha o conceito de *“hidden transcripts”*, que traduzimos, pelo menos provisoriamente, como “transcrições ocultas”. Estas transcrições se opõem ao que o autor denomina de *“public transcripts”*, para nós “transcrições públicas”, explicando que o adjetivo “públicas” se refere a ações que são admitidas, ou confessadas, abertamente pelos subordinados frente aos seus dominadores e que o termo “transcrições” é usado em seu sentido jurídico de *“registros completos do que foi dito”*. As “transcrições ocultas” são os discursos pronunciados *“offstage”*, ou seja, entre os dominados e longe da observação dos dominadores. Esses discursos não contêm só falas, mas também gestos e práticas (Id. Ibid.: 2/5). Muitas vezes o discurso oculto é verbalizado na forma de uma “explosão”, isto é, de uma reação espontânea e inesperada. Segundo o autor, inesperada sim, mas espontânea nem tanto, na medida em que a maneira alternativa e contestatória de entender as relações de poder é elaborada e “ensaiada” em espaços próprios dos dominados.

O contato com a obra de James SCOTT (1990) e as entrevistas que realizamos nos levaram a pensar o MMA como um lugar de elaboração de um discurso feminista, contestatório da visão masculina do mundo. É a necessidade de conversar livremente entre seus pares, sem inibições ou repressões, que reforça a existência de um movimento que, mesmo quando defende posições semelhantes a de outros movimentos de mulheres, defende-as de seu próprio jeito. Para as mulheres que elegeram o espaço público e masculino como o lugar privilegiado para se fazer política, vêm com reservas o que consideram radicalismo.

*“...deveria ser trabalhado a questão de gênero dentro da família e aí é complicado. Inclusive acho que até nós do movimento sindical na área rural, a gente tem falhado um pouco nisso. Eu hoje defendo, eu até estou militante do MMA, onde que o MMA tem trabalhado a questão da mulher especificamente. Hoje dentro do movimento sindical eu já vejo um pouquinho diferente a questão, eu vejo tratar a questão de gênero em família...não a mulher separada... Inclusive aqui nós temos tratado a questão de gênero por dentro do sindicato, como família.... Se a gente for tratar radicalmente a questão da mulher eu creio que vai ter bem mais separações. Então teria que arranjar fórmulas de tratar a questão de gênero mas na família, não a mulher separado.”*  
“(Presidente do sindicato)

Para as que consideram que há uma "passagem" das questões de classe para as de gênero e vice-versa, o questionamento pode começar por qualquer um dos pólos. Diz SIQUEIRA (1992: 80/1) que o cuidado em não identificar igualdade sexual com liberação da mulher

*"...não impede de afirmar que a discussão sobre as relações de gênero tanto pode ser iniciada pelo salário inferior, quanto pela maternidade. Ambas chegarão, em sua continuidade, ao entrelaçamento dos lugares sociais simultânea e historicamente definidos tanto pela classe social quanto pelo gênero, o que faz problematizar as noções de identidade e consciência de gênero..."*

As informações contidas no trabalho de STEPHEN (1996) nos fazem duvidar de uma compatibilidade tranquila entre movimentos mais centrados nas questões de classe e os centrados em gênero, dúvida que se reforçou em nossas pesquisas de campo. Mesmo que se possa afirmar, como o fazem autoras citadas neste trabalho, que a participação das mulheres nas esferas antes consideradas masculinas leva a um questionamento de gênero, isto não elimina a necessidade de escolha de uma ou outra bandeira de luta. STEPHEN, ao estudar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), afirma que a maioria de suas líderes tinha experiência em outros movimentos sociais, sendo que algumas haviam alcançado posições de liderança no MST e nos sindicatos, mas se sentiram frustradas pela pequena importância dada a suas reivindicações específicas, o que as fez lutarem por um movimento autônomo de mulheres. Também faz referência a dificuldade que sentiam para falar em público e questionar lideranças estabelecidas.

Ao defender a idéia de que homens e mulheres devem discutir juntos os problemas que afligem a mulher rural, se está pressupondo uma conversa entre iguais, colocando-se o espaço do sindicato ou dos encontros do MST como um lugar democrático. Mas se atentarmos para a fala de uma das entrevistadas, vamos perceber que há uma diferença importante entre "falar", e isto até se pode, e "ser escutada", o que é bem mais difícil.

*"Uma coisa também que eu percebia..., talvez eu esteja falando uma coisa que esteja errada, mas o que eu sentia era isso: que a gente era menos inteligente que o homem. Quando tinha uma decisão pra fazer alguma coisa, pra construir alguma coisa, a opinião da gente não valia.... As opiniões, as idéias dos homens, deles, do pai, do meu irmão, do Valdir,... a opinião deles valia mais. Parecia que ia dar certo, se fizesse o que eles dissessem ia dar certo. Se fizesse o que a gente dissesse, não ia dar certo. Então, a inteligência da gente era podada também." (Agricultora)*

Séculos de silêncio não se volatilizam tão facilmente. Espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina. As entrevistadas falam do "medo de falar bobagem", pois sabem muito bem como o ridículo é uma arma poderosa. A poeta Adélia Prado, que canta sem pejo as mulheres comuns, diz com propriedade:

*"Quando nasci um anjo esbelto  
desses que tocam trombeta, anunciou:*

*vai carregar bandeira.  
Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.*  
.....(5)

“*Est a espécie ainda envergonhada*” quer, agora, aprender o caminho do espaço público e muitas mulheres estão seguindo os passos dos homens, tradicionais conhecedores dessas veredas. As mulheres do MMA decidiram-se por um aprendizado diferente que, ao que parece, não as levará na mesma direção. Nossa última hipótese é que o MMA possui uma radicalidade pouco aparente a princípio. Os sindicalistas e o MST colocam nas relações de classe as causas da opressão que as mulheres sentem ainda de maneira difusa, e lhes propõem como solução mudar a sociedade lado a lado com seus companheiros. As mulheres do MMA, ao se reunirem e conversarem entre si, não estão se comportando como alunas aplicadas que aprendem sobre movimentos trabalhistas e teoria marxista, mas estão dando vazão a raivas e angústias incrustadas na sua alma. Sem uma explicação já pronta, transmitida por jornais, boletins e cartilhas, e poupadas da vergonha secular que as faz se sentirem incapazes frente aos homens, elas estão mais livres para construir explicações onde as relações de gênero têm papel fundamental, pois essas relações são para elas mais visíveis no dia a dia que suas relações com o Estado, órgãos públicos, etc.

Finalizamos voltando à questão da terra e do matrimônio. Foi uma importante conquista para as mulheres serem consideradas “produtoras rurais”, mas esta conquista as obriga ao casamento e, mais que isso, ao casamento com um proprietário, se não fizerem parte do MST. Como não se casar ou casar com quem não possui terra sempre foi visto como uma condenação, esta obrigação se torna um fardo leve e desejado. Somente quando as mulheres começarem a questionar o casamento tradicional é que questionarão o fato dele ser a única via para a profissão de agricultora. As entrevistas que fizemos nos levam a crer que, se este questionamento vai aparecer um dia, o espaço mais provável para que isso aconteça é o MMA. E se for verdadeira nossa hipótese de que as mulheres militantes, mesmo quando não pertencem a grupos feministas, acabam por questionar as relações tradicionais de gênero, as reivindicações específicas do MMA, mesmo causando estranheza num primeiro momento, podem, no futuro, encontrar mais apoio que oposição. Porém, esse apoio vai depender da aceitação da luta das mulheres enquanto uma "multiplicidade", isto é, convivência de diferentes organizações. As tentativas de compatibilização, por mais que sejam desejadas, podem significar dominação e futuras dissidências.

#### Notas:

(\*) Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do CNPq.

1. Esse movimento não foi sempre conhecido pela sigla MMA. SIQUEIRA (1992), por exemplo, faz referência a ele como "Movimento de Base das Mulheres Agricultoras do Oeste Catarinense e Região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul" ao se referir às suas primeiras ações.



2. Agradecemos ao CNPq que, em agosto de 1999, concedeu-nos uma bolsa pesquisador e uma de Iniciação Científica para a aluna Elaine Müller, o que nos permite continuar investigando.
3. Participaram das entrevistas dois bolsistas de Iniciação Científica – Elaine Müller e Ivandro C. Valdameri- e Valdete Boni, aluna do Curso de Ciências Sociais/UFSC. Não é preciso dizer que sem sua valiosa colaboração muito pouco poderia ter sido feito.
4. “A `agofemindustrialização` do leite em Santa Catarina”. Relatório de pesquisa, mimeo. Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq e contou com a participação das bolsistas Alessandra B. Di Grande e Marneide M. Silva.
5. Trecho do poema “Com licença poética”, publicado no livro “*Bagagem*” (Rio de Janeiro: Guanabara, 1986)

## Bibliografia:

- ALVAREZ, Sonia.1990. *Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton – EUA: Princeton University Press.
- BLANC, M. e MCKINNON, N. 1990. Gender relations and the family farm in Western Europe. *Journal of Rural Studies*. Vol. 6, No. 4, pp. 401/5.
- CASAGRANDE, J.L. 1991. Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina. Diss. de mestrado defendida junto ao PPGSP/USP. Fpolis, mimeo.
- COPA (Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da CEE). 1988. As mulheres na agricultura. Bruxelas, mimeo.
- DABOIT, P.C. 1996. Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense. Diss. de mestrado defendida junto ao PPGSP/UFSC. Fpolis, mimeo.
- DEERE, C. D. e LÉON, M. 1999. Towards a gendered analysis on the Brazilian agrarian reform. *Occasional papers no. 16*. Amherst, MA: Center for Latin American and Caribbean Studies.
- GONÇALVES, M.M.1989. O caráter educativo do trabalho na formação da consciência feminina. Diss. de mestrado defendida junto ao Mestrado em Educação/UFSC. Fpolis, mimeo.
- GASSON,R. e ERRINGTON, A 1993. *The farm family business*. Wallingford: CAB internacional.
- \_\_\_\_\_.1992. Gender relations and household pluriactivity. *Journal of Rural Studies*. Vol. 8, N. 4, pp. 387/97.
- GASSON, R.; SHAW, A e WINTER,M 1992. Characteristics of farm household pluriactivity in East and Mid Devon. Cirencester:Center for Rural Studies, *Occasional paper no. 19*.
- HASELMA, I. van. 1991. *Housewives in the field: power, cuture and gender in a South-Brazilian village*. Amsterdam: CEDLA.
- LECHAT, Noëlle M. 1996. Relações de gênero em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares coletivas. IN: PRESVELOU; ALMEIDA e ALMEIDA (orgs). *Mulher, família e desenvolvimento rural*” Santa Maria: Ed. da UFSM.
- LITTLE, Jo. 1994. Gender relations and the rural labour process. IN: WHATMORE, MARSDEN e LOWE. *Gender and rurality*. London: David Fulton Publishers, pp. 11/30.
- KAGEYAMA e BERGAMASCO. 1989/90. A estrutura da produção no campo em 1980. *Ver. Perspectivas*. São Paulo, pp. 12/3 e 55/72.
- LOVISOLO, H.R. 1989. *Terra, trabalho e capital*; produção familiar e acumulação. Campinas (SP): Ed. Da UNICAMP.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1995. *The worl's women 1995: trends and statistics*. EUA: United Nations Publication.
- PAPMA, Frans. 1992. *Constesting the household estate: Southern Brazilian peasants and modern agriculture*. . Amsterdam: CEDLA.
- PAULILO, M. Ignez. 1976. O trabalho da mulher no meio rural. Diss. de mestrado defendida junto a ESALQ/USP. Piracicaba (SP), mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: FCC/UFSC.

- PAULILO; MÜLLER e VALDAMERI. 1999. Organização de mulheres na América Latina. Trabalho apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC, mimeo.
- PINTO, Céli R. 1992. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA, A de O e BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. R.J.: Rosa dos Ventos; S.P.: Fundação Carlos Chagas.
- POLI, Odilon L. 1999. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos
- RODRIGUES, Lelia L. 1993. O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.139/166.
- SCOTT, Joan W. 1988. *Gender and the politics of history*. New York: Colúmbia University Press.
- SEYFERTH, G. 1984. Camponeses ou operários? O significado da categoria "colono" uma situação de mudança. *Revista do Museu Paulista, NS, 20*.
- \_\_\_\_\_. 1985. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional, NS Antropologia, n. 52*.
- SIQUEIRA, Deis E. 1992. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. IN: TEIXEIRA, J. G. (org.). *Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais*. Brasília: UnB, p. 57/89.
- STEPHEN, Lynn 1996. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. IN: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadanis no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRJ, p. 29/61.
- TEIXEIRA; CARVALHO e SUÁREZ. 1994. Perspectiva de gênero na produção rural. *Estudos de Política Agrícola no. 22*. Brasília: IPEA.
- WOORTMANN, Ellen F. 1995. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo-Brasília: HUCITEC-Edunb.